

COMUNIDADE RIBEIRINHA DO BAILIQUE: A HERMENÊUTICA DIATÓPICA COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE

Simone Maria Palheta PIRES; Adriana Goulart de S. ORSINI

COMUNIDADE RIBEIRINHA DO BAILIQUE: A HERMENÊUTICA DIATÓPICA COMO INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE

Simone Maria Palheta PIRES¹
Adriana Goulart de S. ORSINI²

250

Resumo

Este trabalho propõe a análise da *hermenêutica diatópica* como método de tradução étnico cultural segundo a teoria crítica formulada por Boaventura de Sousa Santos, tomando como sujeito epistêmico o ribeirinho que vive na comunidade ribeirinha do Bailique, cidade de Macapá, Estado do Amapá. A pesquisa parte da hipótese que a cultura ribeirinha vem sendo silenciada durante toda modernidade, que é fundada em uma racionalidade eurocêntrica, ocidental, colonial e liberal, por isso, não admite qualquer experiência ou saber que não seja oriundo do centro, silenciando, assim, saberes periféricos. Pretende-se demonstrar que a *hermenêutica diatópica* é um instrumento credível para o reconhecimento de saberes e direitos produzidos pelo “Sul” epistemológico, para tanto a racionalidade que sustentou o projeto de modernidade, deve ser cambiada para uma racionalidade cosmopolita de oposição que é pós-colonial, pós-liberal e pós-imperial. O presente estudo, cuja principal característica é a pesquisa exploratória etnográfica e descritiva, pauta-se no método de abordagem indutivo, partindo de dados particulares e específicos para chegar a uma conclusão geral sobre o problema proposto. O modelo teórico utilizado será o empírico-argumentativo, por partir do estudo de relações sociais externas e internas do sistema. Utiliza-se, ainda, de uma abordagem qualitativa de pesquisa de campo, observação participante³⁴ e entrevistas não estruturadas, para a coleta de dados que darão suporte à pesquisa.

Palavras-chave: Bailique; ribeirinho; hermenêutica diatópica; reconhecimento; identidade.

Résumé

Ce travail propose l'analyse de l'herméneutique diatopique comme méthode de traduction ethnique culturelle selon la théorie critique formulée par Boaventura de Sousa Santos, en prenant comme épistémique sujet vivant dans la communauté riveraine de la rivière de Bailique, ville de Macapa, État d'Amapá. La partie de la recherche de l'hypothèse que la culture fluviale a été réduite au silence tout au long de la modernité, qui à son tour est fondée sur une rationalité eurocentrique, occidentale, coloniale et libérale, qui ne reconnaît pas d'expérience ou de savoir que ne vient pas du centre, au silence, connaissances afin périphérique. Nous avons l'intention de démontrer que l'herméneutique diatopique est un instrument crédible pour la reconnaissance des connaissances et des droits produit par «Sud» épistémologique, tant pour la rationalité qui a soutenu le projet de la modernité, doit se qualifier pour l'échange d'une rationalité cosmopolite de l'opposition qui est post coloniale, post-libérale et post-impériale. Cette étude, dont la principale caractéristique est l'ordre du jour de la recherche exploratoire ethnographique et descriptive sur la méthode inductive d'approche, à partir des données privées et spécifiques pour parvenir à une conclusion générale sur le problème proposé. Le modèle théorique utilisé est empirique et argumentative, pour de l'étude du système de relations sociales internes et externes. Utilisé également une approche qualitative de la recherche sur le terrain, l'observation des participants et des entrevues non structurées pour recueillir des données qui soutiendront la recherche.

Keywords: Bailique; ripisylves; herméneutiques diatopique; la reconnaissance; identité

¹ Professora assistente da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), colegiado de Direito. Doutoranda em Direito pelo DINTER entre Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

² Professora doutora associada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região. Membro do corpo permanente de Pós-graduação da FDUMG.

³ A pesquisadora participou do cotidiano das comunidades do Bailique em períodos durante seis meses.

⁴ “Outro aspecto da observação participante é que as experiências de aprendizado do antropólogo não são programadas com antecedência (...) o processo da pesquisa não estruturada se assemelha mais ao trabalho de um detetive do que à “ciência de laboratório”. (METCALF, 2015, p. 11).

1. INTRODUÇÃO

Bailique, que significa em tupi “baile das águas”, é um arquipélago composto por mais de 50 comunidades ribeirinhas. Localiza-se ao norte da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá e está encravado na Floresta Amazônica (PIRES, 2016).

Em Bailique existem típicas comunidades tradicionais que cultivam seu modo de vida peculiar, mas que as relações sociais que vêm sendo desenvolvidas com a sociedade que vive na capital Macapá, bem como com muitos grupos interessados em divulgar a realidade ribeirinha para o mundo, geram o não reconhecimento de sua identidade e etnicidade pela ausência de conhecimento sobre as especificidades das comunidades tradicionais. Diante dessa realidade, importante se faz reflexões de cunho dialógico sobre a possibilidade de silenciamento da cultura ribeirinha do Bailique.

Santos (2011), defensor do trabalho de tradução entre culturas e crítico do projeto de modernidade, propõe um instrumento credível e possível para reconhecimento de identidades e valorizações de experiências e práticas desenvolvidas no presente, pelo “Sul” epistemológico e/ou pela periferia do mundo moderno. A *hermenêutica diatópica*, como instrumento impeditivo do silenciamento cultural, está fundada na racionalidade cosmopolita de oposição.

Este trabalho pretende demonstrar que para uma mudança de ótica quanto a etnicidade de comunidades tradicionais é necessário uma mudança na razão que constrói a visão de mundo. Durante a modernidade a racionalidade que sustentou a visão de mundo liberal, e em seguida neoliberal, é a metonímica que não admite conhecimento produzido fora do centro do mundo do moderno, por isso as colonizações foram tão presentes. Acredita-se que o mundo está a viver um período de transição paradigmática e, o paradigma emergente deve ser pensando agora. Daí a preocupação em refletir sobre as causas do desperdício de experiências e saberes.

2. A COMUNIDADE RIBEIRINHA DO BAILIQUE

Um lugar que o Brasil não conhece, um povo esquecido e invisível, carências, necessidades, ausência de políticas públicas, histórias, contos e mitos, beleza natural, ecossistema rico, assim é o Bailique.

O pensamento e *métier* de um ribeirinho são ininteligíveis e enigmáticos para as demais culturas, seu código linguístico é diverso, os *topoide* temas tão comuns entre aqueles que construíram uma visão de mundo com bases ocidentais e eurocêntricas, são antagônicos. Partir de uma visão de que o contato com os povos ribeirinhos deve estar pautado em algum tipo de “evolucionismo social”, é fortalecer a ideia de universalidade e colonialismo.

3. O BAILIQUE

O tempo leva tudo, o tempo leva vida,
lá fora as margaridas fazem a cor.
Eu lembro a alegria, boiar naquelas águase ver as
lavadeiras lavando a dor. E lavavam a minha esperança
perdida de crescer lá no igarapé.
E lavavam o medo que eu tinha da vida. E agora o
medo o que é?
”(Osmar Junior)

A Amazônia, com toda sua imponência e exuberância, abriga consigo lugares marcantes e únicos. Acima da linha do Equador ocorre o encontro do Rio Amazonas⁵ com oceano Atlântico formando um conjunto de ilhas de rara beleza que se chama arquipélago do Bailique.

Os amapaenses costumam dizer que são privilegiados, pois moram no endereço mais interessante do mundo: na linha do Equador, esquina com o rio Amazonas. Há certo orgulho pela beleza selvagem, pouco tocada pelo homem⁶, o ufanismo não é tão grande para evitar a degradação e nem tão pequeno para valorizar o território.

O Bailique ou o arquipélago do Bailique, no Estado do Amapá, é definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um distrito do Município de Macapá. É composto pelas Ilhas de Bailique, Macedônia, Brigue, Curuá, Faustino, Franco, Marinheiro, Igarapé

⁵ “o rio nasce na Cordilheira dos Andes, no Peru. Este rio está situado nos dois hemisférios (norte e sul), devido a este fato o rio Amazonas tem dois períodos de chuva, pois, a época das chuvas é diferente em ambos os hemisférios. O rio Amazonas é dividido em três partes: centro dos países andinos ele recebe o nome de rio “Maranô”, ao entrar no Brasil recebe o nome de rio “Solimões” e ao receber as águas do Rio Negro, passa a ser chamado de rio “Amazonas”. O rio Amazonas banha a cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, além de ser um dos cartões postais da cidade, é um dos maiores rios do mundo em extensão, volume d água e pesqueiro. Se constitui de grande importância para a navegação local, nacional e internacional. Pesquisas recentes confirmam que o rio Amazonas é o maior do mundo com 7.062 km de extensão, sendo que mais de 3.000 km de extensão se encontram em território brasileiro.” (MORAIS, Paulo *et al.* Geografia do Amapá, JM Editora Gráfica, 2009, p. 21)

⁶ De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo quarto ano consecutivo, o Amapá é o Estado menos desmatado do Brasil. 73% das florestas do Amapá são preservadas por unidades de conservação e áreas indígenas. <http://www.ccst.inpe.br/pelo-4o-ano-consecutivo-amapa-e-o-que-menos-desmata-na-amazonia/> acesso em 10/11/2016.

do Meio e Parazinho. Está localizado na Foz do Rio Amazonas e limita-se ao Norte com o rio Araguari e ao Sul com o Canal do Norte. A leste limita-se com o Oceano Atlântico e a Oeste com a região do Pacuí (VIEIRA e ARAÚJO NETO, 2006).

Registros históricos dão conta que ainda do século XVII, havia a presença de uma comunidade indígena chamada de Aruãs que habitavam no delta do Amazonas, nas terras dos “Bailiques” (BARBOSA, 1999). Outros povos como os Tucujus também habitaram no delta do Amazonas, mas a medida que os colonizadores chegavam, as comunidades indígenas eram forçadas a migrarem para o Norte. Existem dúvidas sobre o significado da palavra “Bailique”, uns dizem significar “encontro das águas”, os habitantes do Bailique costumam dizer àqueles que visitam as ilhas que significa “baile das águas”, então assim será.

Com base no Censo Demográfico 2010 do IBGE, a população do Arquipélago do Bailique representa 2% da população do município de Macapá, totalizando 7.618 habitantes. Almeida et al (2013) ressaltam que a população que vive nos núcleos urbanos das ilhas é pequena, aproximadamente 1.500 pessoas. A maior parte (80,55%) vive no meio rural (IBGE, 2013).

Em 2010 foram recenseados 1.481 domicílios, sendo 20,53% localizados nos núcleos urbanos das ilhas e 79,47% nas áreas rurais. Em média residem cinco pessoas por domicílio. Mas existem famílias mais numerosas. As famílias possuem acesso à energia elétrica de formas variadas, sendo que 41,5% utilizam a rede de distribuição da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e 56,4% utilizam outras fontes que, modo geral, envolve o uso individual e/ou comunitário de motores a diesel para geração de energia, principalmente, durante a noite. Ainda existe um percentual de 5% dos domicílios que não possuem acesso à energia (ALMEIDA et al, 2013). A comunidade sofre constantemente com falta de energia por problemas no abastecimento de tonéis de diesel, o que torna a vida, principalmente dos comerciantes do local, precária. Em fevereiro de 2016, os moradores do Bailique passaram o mês inteiro sem energia elétrica.

Aproximadamente um terço dos domicílios não possui banheiro e em 66,4% existe apenas um, que é utilizado coletivamente. A água de consumo doméstico em 68% dos domicílios é obtida diretamente dos cursos naturais como rios, lagos e igarapés, sendo que no meio rural este percentual é de 83%. Com a participação da Companhia de Esgoto e Saneamento do Amapá (CAESA), nas jornadas itinerantes fluviais, que distribui kits com hipoclorito de sódio, a qualidade da água consumida melhorou, mas há ainda muita reclamação da população que não têm acesso a água tratada. Quanto à destinação do lixo, 72,38% queimam ou enterram nos quintais do próprio

domicílio e 23,5% contam com o suporte de serviço de coleta, somente na principal comunidade, Vila Progresso (PIRES e PELAES, 2015). Existem ainda 3,38% que jogam o lixo em cursos naturais de água, contribuindo para a degradação ambiental (ALMEIDA et al, 2013).

Nas comunidades do arquipélago há uma forte participação de programas governamentais de transferência de renda. Os principais benefícios recebidos são bolsa família e o Seguro Defeso. Existem muitas famílias com pessoas que recebem aposentadoria e pensões do Ministério da Previdência Social (MPS), tais benefícios só foram possíveis através das jornadas itinerantes que promoveram a emissão de documentos exigidos para o recebimento dos benefícios. Durante o ano de 2016, muitos moradores relataram estarem recebendo somente metade do valor das bolsas.

As famílias que habitam o arquipélago do Bailique desenvolvem diversas atividades produtivas entre as quais se destacam a pesca artesanal, agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal (NETO, 2006) e, mais recentemente, a apicultura. Também é comum a prestação de serviços em carpintaria, construção civil e outros serviços gerais. A combinação destas atividades é uma estratégia de polivalência importante para o sustento e sobrevivência destas famílias que vivem num contexto de pobreza rural (ALMEIDA et al, 2013). A pesca artesanal tem sofrido um abalo pela presença de grandes empresas pesqueiras que exportam para capital Macapá, bem como para outras capitais.

Nos últimos vinte anos o arquipélago do Bailique exibiu crescimento no número de organizações e movimentos sociais. Essas entidades têm finalidades diversas tais como: a representação dos interesses dos trabalhadores; busca de alternativas de geração de renda; valorização das mulheres em várias esferas da vida social; práticas religiosas e as que se empenham na melhoria das condições de vida das comunidades (ALMEIDA et al, 2013). O comércio na principal vila denominada de “Vila Progresso”, é aquecido com quase 50 mini comércios, denominados de mercearias, que vendem um número variado de produtos que abastecem a população local. Atualmente existem duas casas que oferecem serviços de internet paga⁷. A internet paga supre em parte a ausência de telefonia celular.

O Bailique é formado por florestas de várzea, possui um ecossistema típico da região amazônica no qual algumas áreas são periodicamente inundadas pela maré, o que impossibilita o acesso a determinadas comunidades em algumas épocas do ano.

⁷ Uma hora de internet, wi-fi, em junho de 2016 custava R\$-3,00 (três reais).



Figura 3 – Costa do Arquipélago do Bailique

Fonte: Fonte: <http://castelorogeter.blogspot.com.br/2011/11/o-arquipelago-do-bailique-distrito-de.html> acessado em 03 de junho de 2016.

O mapa acima demonstra que o rio Amazonas banha toda costa do Bailique, e ao longo do tempo vem despejando sedimentos na costa do litoral amapaense⁸. Por esse motivo, o litoral do Bailique sofre constante transformação.

Os habitantes moram em palafitas, as ruas das comunidades são formadas por pontes de madeira, algumas chamadas de “ruas principais”, são de concreto armado. O nível de escolaridade é muito baixo e o que predomina é o analfabetismo (DESTRI, 2007). Esse quadro foi reduzido com a implantação de escolas de ensino fundamental pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM). Na “Vila Progresso” além da escola municipal existem duas escolas estaduais, uma somente de ensino fundamental e a Escola Bosque que é de ensino fundamental e médio.

Cerca de 70% dos professores das escolas do Bailique não são nascidos no arquipélago. Na concepção da secretária pedagógica as crianças, adolescentes e jovens não tem perspectiva de um futuro profissional e nem aspirações, a maioria dos alunos, formados no ensino médio, permanecem no arquipélago e seguem a atividade de pesca desenvolvida pelos pais. A falta de recursos para continuar os estudos na capital é a principal dificuldade que impede os jovens de terminarem o ensino médio e continuarem os estudos universitários.

Ferraz (2007) ao desenvolver pesquisa de campo no arquipélago asseverou que em 2005 a comunidade era muito carente, pois não havia nas comunidades do Bailique nenhuma infraestrutura

⁸ Trata-se do fenômeno conhecido como “terras caídas”, é uma modalidade erosiva que transporta sedimentos para áreas mais distantes. É um processo natural que ocorre, principalmente, na bacia hidrográfica da Amazônia. A vegetação é importante para evitar o assoreamento nas margens dos rios, pois interceptam a água das chuvas, servem de barragem pois recobrem o solo e o fortalecem (DURLO e SUTILI, 2005). Não existem estudos que indiquem o aumento, ou não, do fenômeno com o objetivo de identificar se a causa é somente natural ou, se é resultado da ação humana.

como: saneamento básico, água encanada, energia elétrica, postos de saúde e policiamento. As casas, chamadas de palafitas, não possuíam móveis nem eletrodomésticos e abrigavam no mínimo oito pessoas, entre adultos e crianças. Inclusive, naquele ano não havia transporte regular para capital, caso fosse necessário, normalmente em razão de algum problema de saúde, o transporte utilizado eram as “voadeiras”⁹. Atualmente a vida dos habitantes do arquipélago do Bailique (a pesquisadora se refere somente a “Vila Progresso”, pois nas demais comunidades não houve mudanças consideráveis) mudou. Possivelmente 60% das casas da principal comunidade, Vila Progresso, já possuem televisão, geladeira, fogões e antenas externas para televisão, inclusive placas para captação de energia solar.

As comunidades do Bailique são típicas comunidades ribeirinhas que vivem em função do rio. O rio é a fonte de alimentos, é a via de transporte, é o local de lazer para as famílias, é a vida dos ribeirinhos. É muito comum ver os “curumins”¹⁰ usando canoas para ir às escolas da região. Comum também é o preparo do peixe a “beira” do rio pelas mães de família.

O homem e o rio são dois mais ativos agentes da geografia humana na Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional (TOCANTINS, 1961, p. 251).

4. QUEM SÃO OS RIBEIRINHOS?

4.1. ESTE RIO É MINHA RUA

Esse rio é minha rua
minha e tua, mururé.
Piso no leito da rua,
deito no chão da maré
(Paulo André Barata)

O nome “ribeirinho” está relacionado com o espaço geográfico onde habitam. Ribeirinha é a pessoa que mora às margens de rios, lagos ou igarapés. Na realidade o ribeirinho é aquele que tem um relacionamento mais profundo com o rio, não basta morar às margens do rio, para o ribeirinho o rio é um elemento constitutivo de sua vida e de seu modo de ser (REZENDE, 2010). Para Gonçalves (2012, p 33) “o ribeirinho é o representante da Amazônia, a medida que desenvolveu

⁹ Barco (canoas) pequeno com motor.

¹⁰ É uma palavra muito utilizada pelos povos amazônicos que designa “criança”. Tem origem tupi-guarani. Fonte: <http://www.dicionarioinformal.com.br/curumin> acessado em 09 de junho de 2016.

todo o seu saber na convivência não somente com outros sujeitos, mas com os rios e matas”. Portanto, o ribeirinho não pode ser dissociado do seu habitat.

A relação simbólica do ribeirinho com rio, além de cultural e econômica, é também de afetividade. É notória a construção de laços afetivos e identitários com o rio. Em algumas falas percebe-se claramente, que os ribeirinhos personificam o rio, como se vivo fosse.

Estudos apontam que a identidade cultural dos ribeirinhos da região amazônica é constituída numa relação intrínseca com o rio, o lago, os peixes, a floresta, a roça, o campo de futebol, ou seja, com o espaço vivido (VASCONCELOS *et al.*, 2015, p. 37).

O ribeirinho vê o rio como uma entidade viva, um ser, uma personalidade mítica. O ribeirinho entende que o rio expressa inclusive sentimentos. Ouvem-se no meio deles frases como: “o rio está aluado!” (revolto); “Eu vou brincar com o rio” ou, “cuidado com o rio que ele está amuado” (mal-humorado). Até o tempo do ribeirinho é determinado pela vazante e enchente dos rios e igarapês, logo seu tempo é “lento”. Perguntam eles: Pra quê olhar para o relógio? O ribeirinho não precisa de relógios, ele compreende a passagem natural do tempo¹¹, basta olhar o sol, ele não perde tempo preocupando-se com a imprevisibilidade do futuro, o ribeirinho vê a vida como um ato contínuo.

O ribeirinho não tem grandes ambições, não tem desejo consumista, apesar de que as teias do capitalismo globalizado já podem ser vistas em algumas comunidades. O ribeirinho é satisfeito com o alimento abundante fornecido pelo rio e pela floresta, sente-se em paz com a vida tranqüila do lugar. Nas casas dos ribeirinhos típicos, como já dito, não são encontrados mobiliários e nem eletrodomésticos, eles só precisam da rede, do fogareiro ou fogão, poucos utensílios de cozinha, somente! Sua visão de mundo coincide mais com as das comunidades indígenas do que com a da população da cidade.

A ideia de espaço vivo sugere o sentimento de pertencimento que produz a noção de identidade e cultura. Na região do Bailique não há um movimento forte que conduza a reflexão sobre a história, identidades e cultura e vise preservar e proteger a cultura ribeirinha das relações de dominação e subordinação.

¹¹Korselleck (2014) faz uma interessante digressão sobre o tempo. Parte da era primitiva os homens mediam o tempo por meio de suas atividades, posteriormente o relógio do sol passou a ser o objeto de medição. Por fim, o relógio de mola, de pêndulo até chegar as grandes tecnologias na área. O autor afirma, que aceleração do tempo foi produto de ações políticas e econômicas, ou seja, esse é o tempo histórico. A aceleração é uma experiência da modernidade e, portanto, do urbano.

Para Lima (2004), os ribeirinhos são um tipo de comunidade tradicional que se caracteriza por um forte laço de comportamento comunitário dos recursos naturais. As práticas sustentáveis são comuns, pois assim como o indígena, o ribeirinho tem consciência de sua dependência do rio e das matas. Apesar da tradição cultural de preservação do meio ambiente, as novas gerações já estão perdendo a noção da estreita relação de sua comunidade com a natureza, pela aproximação com a cultura urbana e pela perda de traços identitários, sem ignorar que o esquecimento e a invisibilidade gerados historicamente pelo Poder Público, que negligencia políticas públicas. As omissões impróprias do Poder Público excluíram do debate público a importância da comunidade ribeirinha para o equilíbrio do meio ambiente, apesar da desestruturação e do forte apelo do capital que, na ausência do Estado, gera a ilusão de único provedor. Aliás, há interesses de grupos dominantes em apagar a memória de grupos subjugados, com intuito de desarticulação social e política, ou seja, sem memória não há sentimento de pertencimento.

É possível afirmar que a globalização neoliberal já estendeu suas teias para o âmbito interno da Amazônia, influenciando ideologicamente e politicamente as comunidades tradicionais, entre elas os ribeirinhos que passaram a ter motivações diferenciadas, como apontou Maybury-Lewis (1997) em suas pesquisas sobre populações tradicionais no Brasil, “Há ribeirinhos que querem deixar os parâmetros de subsistência [...] outros aumentar seu acesso a bens e serviços [...] outros preferem reforçar os valores comunitários”. (Maybury-Lewis, 1997, p.55).

Na região do Bailique, muitos ribeirinhos deixaram a economia de subsistência para se dedicarem a outras atividades, como por exemplo, o comércio. Em algumas comunidades ainda é freqüente a prática do escambo. É constante a troca do açaí e animais (denominados de “caça”) por produtos de primeira necessidade. Muitos migram para capital em busca de oportunidades de emprego para o atendimento de suas necessidades básicas. A ausência de políticas públicas que busquem incentivar atividades econômicas na região é um grande fator para que o ribeirinho deixe de cultivar seu modo de vida peculiar. Segundo Vasconcelos *et al* (2015, p. 35), a lógica de produção capitalista que incentiva, principalmente, a pecuária extensiva e de manejo de pastagem, coloca os ribeirinhos em situação de invisibilidade e de marginalidade para competir com a produção em larga escala que abastece a capital.

Furtado (1997) adverte que as grandes transformações detectadas em algumas comunidades ribeirinhas da Amazônia, ocorreram por interferências nacionais e internacionais, por meio de instituições que atuam na região sem o controle devido do Poder Público.

4.2. HISTÓRIA E MEMÓRIA: UM RESGATE CULTURAL

Que vida boa sumano
Nós não tem que fazer planos
E assim vão passando os anos
Eita! Que vida boa
(Zé Miguel)

259

O macapaense é ribeirinho que vive às margens do rio Amazonas. Tal afirmação pode suscitar um sentimento de negação entre alguns “nativos” (o termo representa os nascidos em Macapá), mas a maioria se autodenomina caboclos Tucujus. Há um sentimento de pertencimento por parte da população de Macapá, por trazerem na memória informações sobre a vida da população ribeirinha que primeiro viveu no território. Não se trata, somente, de identificação cultural e sim, identificação étnica. A partir de Barth (1969), as identificações não são efetuadas por características culturais somente, uma vez que a cultura se recria com o tempo, mas a diferença entre o “nós” e “eles” é marcada por critérios de pertença. No Bailique há um esquecimento de quem se foi, e o que se é, há dúvida, provavelmente pelo choque cultural que ainda hoje é vivido. A identidade ainda é uma incógnita para os moradores do Bailique. Indubitavelmente as características étnicas existem, porém não são claramente identificadas pela confusão que se faz entre características culturais e étnicas.

A identidade étnica coletiva tem sido orientada a olhar para o passado, não o descrito pela ciência histórica, mas o representado pela memória coletiva.

A memória é um importante instrumento para conhecer o passado e entender o presente. As reminiscências de um povo são tesouros que mantêm tradições, costumes, sobretudo o consciente e inconsciente coletivo. A memória pode manter vivas culturas silenciadas por gerações, com o intuito de serem usadas e resgatadas como instrumento emancipatório.

Le Goff (1994) faz distinção entre sociedades que possuem memória coletiva escrita e outras que possuem memória coletiva não escrita, que é o caso das comunidades do Bailique. Quando não há registros escritos da memória, os conhecimentos que são transmitidos são de cunho prático e de saberes locais, protegidos por “chefes de família, idosos, bardos ou sacerdotes que também são encarregados pela coesão do grupo” (LE GOFF, 1994. p. 371). Mantém-se vivo, por esse meio, os conhecimentos tradicionais que dão sentido a identidade do grupo. A transmissão oral não se dá através de palavra por palavra, como ocorre na memória escrita, o que pode acarretar a transmissão inexatada.

Sendo a memória um componente essencial da identidade, como já dito, a memória coletiva é instrumento de poder para impedir que o não reconhecimento, típico de sociedades com reminiscências coloniais, destrua culturas tradicionais e a etnicidade. O capitalismo se ocupou de gerar o esquecimento da memória, colocou-a em um canto qualquer por ser desinteressante para os seus propósitos, afinal de contas, o sentido de progresso é o cerne de sua visão. O intuito deste trabalho é defender a importância da memória coletiva para servir “à libertação e não para servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 411).

O ribeirinho tem muito para contar e demonstra prazer em compartilhar sua história, suas experiências que não são vividas por quem vive na cidade de pedra e nem compreendidas claramente, por ter uma visão de mundo diferente, que foi construída com a historicidade do coletivo. A tradição é elemento importante para autonomia, para desenvolver a segurança de que o que conhece, é válido. O não reconhecimento gera a crença de que o saber local não é legítimo. Quando essa ideia é assimilada a comunidade silencia, perde o prazer de contar suas histórias pela ausência total de interesse do “outro” em ouvir, o que pode ser denominado de “memórias ignoradas”, (FELIX, 1998).

5. A HERMENÊUTICA DIATÓPICA INSTRUMENTO DE RECONHECIMENTO ÉTNICO-CULTURAL

5.1 O TRABALHO DE TRADUÇÃO

A *hermenêutica diatópica* preconizada por Santos (2010), é realizada por um amplo trabalho de tradução que visa tornar vozes, silenciadas historicamente, audíveis e dignas de credibilidade. A racionalidade que permeou toda a modernidade não conseguiu dar soluções possíveis e fiáveis para a questão da diversidade que se choca com o intuito da globalização neoliberal. Baseadas na concepção de universalidade do conhecimento, a racionalidade metonímica da modernidade, não abriu o espaço para as experiências sociais abundantes no mundo.

Se as experiências sociais no presente são abundantes, se os modos para operar as transformações sociais são incontáveis e se além das totalidades que hoje existe novas totalidades podem surgir, como convergir tais processos de forma ética e política? Santos (2011) é enfático ao afirmar que uma teoria geral não daria conta de explicar tão grande número de processos e informações, até porque uma teoria geral, necessariamente, estaria pautada em pilares com

pretensões universais, tão combatidas por ele. A solução para o dilema não é a formulação de uma teoria geral e sim de um trabalho de tradução que torne inteligíveis as mais variadas formas de experiências sociais reveladas pelas Sociologias das Ausências e Emergências¹².

O trabalho de tradução se daria tanto em relação aos saberes diversificados, às experiências sociais e aos agentes envolvidos. Lembremo-nos, mais uma vez, que tanto saberes, experiências sociais e agentes subalternos foram silenciados durante a modernidade por meio da razão indolente.

No que tange a tradução dos saberes, a forma utilizada será a “hermenêutica diatópica”. Com relação as experiências sociais o trabalho de tradução se daria por intermédio das Sociologias das Ausências e Emergências. O trabalho de tradução relacionado aos agentes assumiria a forma de política de reconhecimento de diferenças.

Santos (2010, 2011) teoriza sobre a possibilidade de um trabalho de tradução efetivo de culturas e saberes que vise reafirmar a lógica da racionalidade cosmopolita. Por meio de uma interpretação entre saberes e culturas que possuam preocupações isomórficas, haverá a possibilidade de preencher o vazio de incompletude inerente a eles, não com a tentativa de completá-los, mas com o intuito de deixar sempre aberto o espaço para reflexões. A *hermenêutica diatópica* parte desse primeiro axioma: os saberes e culturas são incompletos.

A incompletude de saberes denunciada pela *hermenêutica diatópica* não significa relativismo filosófico, mas o reconhecimento de que o universalismo em um mundo com uma diversidade abundante é impossível. Em cada cultura são encontrados fortes *topoi* que apesar de fortes, são incompletos. Santos (2010) admite o universalismo negativo que ao final significa que todo saber é incompleto. Portanto, a *hermenêutica diatópica* pode ser aplicada entre conhecimentos hegemônicos e não-hegemônicos e entre conhecimentos não-hegemônicos.

A *hermenêutica diatópica* visa construir novos saberes ao circular por entre uma cultura e outra. Esses novos saberes serão construídos de forma coletiva, participativa e intersubjetiva. Ou seja, após a tradução e o consenso será construído o novo, o inédito e mestiço. Nesse processo de construção sempre haverá as zonas cinzentas do conhecimento, mas é importante ter em mente que o encontro, interpretação e construção do novo é incessante. Tais trocas cognitivas refletirão no espaço político, intelectual e emocional de ambas as culturas. Emocional porque pode surgir uma relação de afetividade, afinal de contas a relação entre humanos é uma relação de humanidade.

¹² Em razão do espaço reduzido para o trabalho não nos aprofundaremos no tema, sugere-se a leitura de Santos (2011) para conhecimento do tema.

Para realizar o trabalho de tradução proposto Boaventura de Sousa Santos, é importante entender que quando os saberes ou as culturas se entrecruzam há um encontro de informações e de conhecimentos, mas nem tudo é necessário passar pelo processo de tradução.

Existem zonas de contato no encontro de culturas diversas que revelam diferenças, conflitos e questionamentos. “Zonas de contacto são campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, se chocam e interagem” (SANTOS, 2010, p. 130).

Na zona de contato, no caso em comento, é encontrado o modo de vida e saberes de um lado, e cultura ocidental que constitui sua zona epistemológica, e do outro o direito e saberes tradicionais de uma comunidade ribeirinha, é nesse espaço que ocorre o encontro do colonizador e do colonizado e que se observa uma disparidade na relação de poder em relação a desigualdade extrema entre saberes e culturas.

A colonização político-social que se externaliza como uma descoberta imperial não reconhece a igualdade da diferença, “o Oriente é inimigo, o selvagem é inferior, a natureza é um recurso à mercê dos humanos” (SANTOS, 2010, p.190).

As zonas de contato são espaços *a priori* desconhecidos e inóspitos, mas a medida que a relação de mútuo conhecimento avança mais os saberes e práticas relevantes, até então encobertas, passam a emergir. Durante a dinâmica do trabalho de tradução é que a zona de contato vai tomando contornos, produzindo uma explosão de novos conhecimentos. São os envolvidos no trabalho de tradução que sentirão os saberes e práticas relevantes que devem ser discutidos na zona de contato.

Santos (2010) diz que os povos indígenas da América Latina têm lutado para controlar os saberes que serão objetos de tradução, uma vez que nem todo saber e prática deve negociar pontos centrais, sob pena de descaracterização, e não devem ser colocados em risco na zona de contato, por representarem temas que são intraduzíveis para outra cultura. Geertz (2014) chama atenção para a dificuldade em compreendermos determinados sistemas de outra cultura e a dificuldade de se encontrar um ponto de partida único.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se demonstrar que o não reconhecimento da identidade de grupos étnicos, gera não somente desperdício de experiência, como também a impossibilidade de conhecimento de

saberes tradicionais, bem como a perda de identidade enquanto grupo ou comunidade tradicional. Nesse compasso a *hermenêutica diatópica*, instrumento que visa promover o diálogo entre culturas, é importante para tornar audível vozes historicamente silenciadas.

O trabalho de tradução se torna delicado quando o objeto traduzível foi alvo de silenciamento por um longo período de tempo. Uma dada cultura, pelo silenciamento promovido pela hegemonia de grupos dominantes, pode ter sido vítima de agressões colonialistas que a deixaram vazia, é como um trauma forte vivido na infância em que a vítima prefere deliberadamente excluir da consciência o evento, ou seja, nada pode dizer sobre o fato. Mas, assim como o trauma, ausente do consciente, exerce ingerência na vida da vítima, assim é a cultura que foi silenciada, “no caso de ausências de longa duração, é provável que nem a sociologia das ausências as possa tornar presentes. Os silêncios que produzem são demasiados insondáveis para serem objeto de trabalho de tradução” (SANTOS, 2010, p.131, grifo nosso). Daí a importância do resgate da memória ribeirinha do Bailique.

Com relação a cultura ribeirinha que vive no arquipélago do Bailique, o que se pôde notar, é que existe uma forte tentativa em torná-la invisível, destituída de significado, pela ausência de reconhecimento da etnicidade do ribeirinho.

A observação da presente pesquisa partiu da perspectiva da comunidade ribeirinha, que ao ser vítima do não reconhecimento, tem dificuldade de se compreender e autoafirmar-se enquanto comunidade tradicional. Na visão da sociedade que vive distante dos territórios periféricos ribeirinhos, a simples mudança na atitude de consumo do ribeirinho, por exemplo, já o torna não pertencente ao grupo.

Uma observação que merece destaque quanto a cultura ribeirinha é sobre o seu conceito de justiça. Na audição de vozes e na observação participante da pesquisa, a divergência sobre questões de justiça são visíveis, mas não audíveis em razão da ação deliberada de não querer ouvir. O ribeirinho do Bailique menospreza o homossexual, mas trata com deferência o pedófilo. Torna vítima de preconceito a mulher que adultera, mas não considera o casamento como um vínculo forte de relacionamento. A família é vista como integrada a comunidade; a intimidade familiar não é um tabu; a casa é um lugar de convivência de todos, não somente dos membros da família. Essas são algumas questões que devem ser refletidas, analisadas e retiradas da esfera do silêncio e trazidas para a zona de contato, com fim de preencher possíveis espaços culturais incompletos.

Portanto, a tradução deve ser feita entre práticas, saberes e experiências que podem ter sido alvo de ações coloniais e imperiais. É o que pode ser observado pelo conhecimento da medicina tradicional produzida por xamãs, indígenas, ribeirinhos e todos os povos da floresta que foram colonizados agressivamente por transnacionais que se utilizam do conhecimento biotecnológico. A luta contra-hegemônica pelo reconhecimento dos saberes locais teve como resultado a legalização e regulamentação das atividades de aplicação terapêuticas não-convencionais (Lei n.71/2013).

O trabalho de tradução nas áreas da medicina tradicional, meio ambiente, na política de gênero e de minorias étnicas ou imigrantes tem possibilitado o avanço nas conquistas que envolvem cidadania e reconhecimento. Inclusive o diálogo que se desenvolve no trabalho de tradução, tem possibilitado alianças entre lutas, é quando a *hermenêutica diatópica* ocorre entre culturas não-hegemônicas. A interseccionalidade, que é um exemplo de reunião de lutas que por muito tempo caminharam sozinhas, não traz a proposta de uma teoria globalizante de identidade, mas o resultado de um trabalho de tradução que estabeleceu uma zona de contato entre as lutas de gênero, classe, raça e etnia.

Toda cultura e todos os saberes e práticas sociais são vividos por grupos, comunidades e movimentos sociais. Portanto, os representantes dos movimentos sociais do Bailique, devem ser os que estarão responsáveis para participarem do trabalho de tradução.

Como na zona de contato haverá um encontro dialógico, é necessário que os agentes realizem um trabalho argumentativo, para tanto os agentes devem conhecer profundamente as experiências, práticas e saberes que fundamentam sua cultura. Há que se ter “sabedoria didática” (SANTOS, 2010, p.133) que demonstre o reconhecimento de incompletude, sem a arrogância do saber/poder que impede o consenso.

Os agentes representantes das culturas que serão mutuamente traduzidas, devem ser conhecidos como “intelectuais cosmopolitas”, que possuam, por conseguinte, a racionalidade cosmopolita para compreender a importância dos resultados de um trabalho de tradução. A visão dos agentes deve ser crítica de sua própria cultura, reconhecendo que em toda cultura existem limites intrínsecos e extrínsecos. Para tanto, todo paroquialismo deve ser rechaçado com vista a recepção crítica de saberes novos.

No que tange ao trabalho hermenêutico a atenção para os procedimentos deve ser delicada, por se tratar de um procedimento hermenêutico entre agentes coletivos. Gadamer (2008) para descrever o trabalho interpretativo realizados pelos indivíduos, chama atenção para sua

historicidade que lhe atribuiu prévios conceitos, é o que chama de *horizontes de sentido*. Gadamer (2008) foca no dilema de como fugir das opiniões prévias. No trabalho de tradução da *hermenêutica diatópica* o dilema é parcialmente resolvido pela existência da razão cosmopolita.

A *hermenêutica diatópica* gera um diálogo cultural frutífero quando “oferecer e acolher, acolher e oferecer conduz, por fim, algo que se revela como sítio comum com o qual estamos familiarizados e no qual podemos movimentar uns com os outros” (GADAMER, 2008 p.46).

Por fim, o resgate da memória ribeirinha é condição *sine qua non* para que o trabalho de tradução seja eficaz. Diálogos, encontros, audição de vozes devem ser suscitados para que a historicidade da comunidade ribeirinha do Bailique seja colocada com *topoem* sua cultura. Importante ressaltar que éna zona de contato que serão construídos *topoinovos* que confirmarão a “fusão de horizontes”, (GADAMER, 2008).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALMEIDA, Marineide Pereira de; SOARES, Ana Cristina de Paula Maués; LIMA, Josinete Pereira; SANTOS, Marcos Antônio Souza dos. **A participação da mulher em organizações sociais rurais na Amazônia: estudo de caso no Arquipélago do Bailique, Estado do Amapá**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 6, p. 19-31, dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. Acesso em: 9/01/2017.
- ALMEIDA, A. W. B. Identidade, Territórios e Movimentos Sociais na Pan –Amazônia. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. & ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de, (org). **Populações Tradicionais: questões de terra na Pan-amazônia**. Belém. UNAMAZ, 2013.
- BARTH, Fredrik. “*Introducción*”, in: Barth (org.), **Los grupos y sus fronteras**. México. Ed.: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Trad. de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BELCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. Editora Valer, 1999
- DESTRI, Luíza. **A justiça que vai aonde o povo está – vitórias e desafios da Justiça Itinerante Fluvial, que há dez anos percorre rios e igarapés do Amapá**. Getúlio, n. 2, ano 1, mar/2007, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7217/Ed2_AJusticaQueVai.pdf?sequence=1 . Acesso em: 10 out 2014.
- FURTADO, L. G. *Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia*. In: FURTADO, L. G. **Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA/UNAMA, 1997.
- FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo, RS: UPF, 1998
- FERRAZ, Leslie S. **Democratização do Acesso à Justiça: A Justiça Itinerante Fluvial do Amapá, no Rio Amazonas**. In: Anais do III Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos

- Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP). Set/2007. UFPB, João Pessoa - PB. Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt04-03.pdf>>. Acesso em: 10 out 2014.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. São Paulo. Ed.: Vozes, 2008.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed., São Paulo. Ed.: Contexto, 2012
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em nov. de 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Plataforma IPEA de Pesquisa em Rede. **Democratização do acesso à Justiça e efetivação de direitos: A Justiça Itinerante no Brasil**. Diretoria de Estudos e Políticas de Estado, Instituições e Democracia (DIEST/IPEA). 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/termo_referencia/Termo_de_Referencia_Democratizacao_do_Acesso_a_Justica.pdf>. Acesso em: 08 out 2014.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira –2012**. Série Estudos e Pesquisas. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. 1 ed., Rio de Janeiro. Ed.: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- LE GOFF, Jacques, *et al.* **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP Ed.: UNICAMP, 1994.
- MAYBURY-LEWIS, David. **O selvagem e o inocente**. Campinas. Ed.: Unicamp, 1997
- NETO, JoaqueShiraishi. **“Novas Sensibilidades” velhas decisões: notas sobre as recentes transformações jurídicas**. Doi:10.5007/2177-7055.2011v32n62p79
- PINI, Sueli P. **Relatório da 50ª jornada itinerante fluvial**. Macapá: Juizado Especial Cível de Macapá, 2003.
- _____, Sueli P. **A Experiência do Juizado Itinerante do Amapá**. Conferência proferida no 2º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça. R. CEJ, Brasília, n. 17, p. 71-75. Abril/jun. 2002. Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/revista/numero17/painel43.pdf>>. Acesso em: 01 out 2014.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 6ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- SANTOS, Fernando. **História do Amapá: Da autonomia territorial ao fim do janarismo**. 1970.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: “Um discurso sobre as Ciências” revisitado**. [Org.], 2 ed., São Paulo, Ed.: Cortez, 2006.
- _____, Boaventura de S. MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Ed.: Cortez, 2010.
- _____, Boaventura de S. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 4 ed., [Org.], São Paulo, Ed.: 2011.